

CONTRIBUIÇÕES DE DISSERTAÇÕES DO MESTRADO EM MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PARA A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

EDEGAR LUIS TOMAZZONI

INTRODUÇÃO

Este capítulo analisa as contribuições de cinco dissertações do Mestrado em Mudança Social e Participação Política para a teoria do desenvolvimento socioeconômico. As dissertações foram orientadas por este autor e defendidas entre 2015 e 2017. Para contextualização analítica das pesquisas, apresenta-se abordagem conceitual de desenvolvimento, desde o sentido econômico ou socioeconômico. O conceito é abrangente e interdisciplinar, pois contempla os campos humanístico, cultural, político e ambiental. Sem aprofundar as diferentes dimensões conceituais, os significados de desenvolvimento socioeconômico convergem para o conceito essencial e fundamental da inclusão social, do bem estar e da qualidade de vida do indivíduo em sociedade.

Nessa perspectiva, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq e instituído pela ONU, em 1993, ampliou a análise sobre a situação social das pessoas. No artigo 55 de sua Carta, a ONU estabelece que as Nações Unidas “favorecerão níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social e a solução dos problemas internacionais, econômicos, sociais, de saúde e relacionados”. A prioridade é a proteção aos mais vulneráveis e oprimidos, com base no progresso social dos povos, na liberdade e nas condições de vida dignas (PNUD, 2017).

O IDH desdobrou-se em outros indicadores: Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) e Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). O coeficiente de Gini é

outro índice para mensurar a distribuição de renda e a desigualdade em vários campos, como educação, saúde e tecnologia.

As desigualdades sociais e a precarização das condições de vida das populações de muitos países, inclusive, dos desenvolvidos, têm preocupado até os intelectuais neoliberais, defensores da ideologia do crescimento econômico. Michael Porter (2017) criou o Índice de Progresso Social (IPS). Além de 54 indicadores, satisfação de necessidades básicas, condições de bem-estar e oportunidades são as três dimensões básicas do IPS (Progresso Social Brasil, 2017).

Liberdade de escolha, participação cívica e democracia são fatores fundamentais do desenvolvimento socioeconômico, que incorpora referenciais antropológicos, sociológicos e filosóficos, inerentes às razões e aos fundamentos da justiça e da equidade social. Por um lado, para erradicação das privações e satisfação das necessidades de sobrevivência, as pessoas devem dispor de meios técnicos e institucionais adequados. Por outro lado, o suprimento dessas necessidades é fundamental para que as pessoas tenham condições de atuar, desempenhando sua função de agentes políticos da mudança social para conquista do desenvolvimento socioeconômico. A superação das privações possibilita o exercício das liberdades instrumentais, conceito criado pelo autor Amartya Sen (2000), que aplicou a ideia de segurança às categorias das liberdades, desde o sentido fundamental de proteção contra a violência, até o sentido mais pleno da garantia de direitos individuais e coletivos.

John Rawls (1997), em sua obra, *Teoria da Justiça*, destacou as dimensões fundamentais da liberdade: “política (o direito de votar e de ocupar um cargo público); de expressão e de reunião; de consciência e de pensamento; a proteção contra a opressão psicológica e a agressão física; o direito à propriedade privada e à proteção contra a detenção arbitrária, de acordo com o conceito do estado de direito” (Rawls, 1997, p. 65).

Quaisquer que sejam os indicadores de conquista do desenvolvimento, destaca-se a consolidação das instituições como asseguradoras de direitos e deveres (North, 1994). Os valores morais e os padrões culturais estabelecem comportamentos, e os paradigmas jurídicos determinam a eficácia das instituições, cujo princípio central é a democracia. A análise de North (1994) transcende a visão de mercado, priorizando a função institucional na garantia dos direitos de propriedade.

São as instituições, políticas, jurídicas, culturais, sociais e econômicas, que formam a estrutura de incentivos da sociedade. O desempenho torna-se decorrência das instituições e dos estímulos à iniciativa e à eficiência. Além da redução da incerteza e da segurança político-democrática, as instituições pro-

porcionam confiança e estabilidade aos agentes da atividade econômica, tanto no sentido de produção industrial quanto no sentido de garantia de acesso a bens e serviços pela população.

Define-se, portanto, a inclusão social como sentimento de conquistas e de realizações materiais, emocionais e psicológicas. Manifestações de identidades étnico-culturais, participação política, expressões artísticas e fruição de entretenimento e lazer são algumas das mais importantes formas de inclusão social, cuja convergência é fundamental para a mudança social virtuosa e para a conquista do desenvolvimento socioeconômico. Atualmente, ainda que a pobreza assale muitos povos, questiona-se o conceito de desenvolvimento socioeconômico como superação de privações para a sobrevivência, comparativamente a outros períodos históricos como a Idade Média, pois a tecnologia já teria proporcionado as superações da fome, da morte e da guerra. O processo contemporâneo de conquista do desenvolvimento socioeconômico define-se pela incessante busca da felicidade (Harari, 2016).

As cinco dissertações destacadas neste capítulo contribuem para o arcabouço teórico do desenvolvimento por várias razões e em vários aspectos. A dissertação de Ligia Chicareli Kawata (2015), “Voluntariado e Participação Política: O Caso da Ong Teto”, representa uma das práticas mais relevantes da humanização da sociedade contemporânea, que é a solidariedade. O objetivo da dissertação de Carine Botelho Previatti (2016) foi analisar os conflitos das mudanças socioespaciais, ocasionadas na comunidade Vila Autódromo, no bairro da Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, com a realização dos Jogos Olímpicos 2016.

Com base em processos formais e materiais históricos derivados da forma mercadoria e da luta de classes no estado capitalista, Thymon Rocha Santana (2016) faz uma análise crítica do instituto da função social da propriedade. Em “Mulheres na economia solidária: resistência cotidiana por uma nova cidadania”, a questão central de Ana Paula Vieira Freire (2017), para sintetizar e entender uma série de problemas da condição social de discriminações étnicas e de gênero, é: “Por que a mulher discriminada trabalha com economia solidária?”. O objetivo da pesquisa de Ana Paula Rosa Rodrigues (2017) é analisar as novas formas de diálogo entre o Museu e a sociedade, com a justificativa de que a instituição museológica exerce função social, em razão de proporcionar bem estar, por meio do acesso ao lazer cultural.

O estudo de Kawata (2015) visa a entender o processo cíclico de formação da consciência política dos voluntários por essa ação coletiva de mudança social, que contribui para uma cultura política mais participativa. O procedimento de pesquisa de campo consistiu em entrevistas, cujas questões fundamentaram-se nas dimensões sociais, psicológicas e na consciência política dos voluntários.

Ao atuar na solução de problemas habitacionais, a ONG Teto contribui para reduzir a extrema pobreza, por meio da atuação voluntária de milhares de jovens universitários. O movimento comunitário iniciou-se no Chile, em 1997. A “Orden Religiosa de la Compañia de Jesus”, de Santiago, criou a “Fundación un Techo para Chile”. No Brasil, a “Associação um Teto para o Meu País”, ou a ONG Teto, foi criada em 2008 e não é diretamente vinculada à Igreja. Sua manutenção provém de campanhas de doações e de taxas de inscrições de voluntários. Gol Linhas Aéreas, Casas Bahia, Telefônica Vivo, Gerdaul e Votorantim estão entre as empresas doadoras.

A autora argumenta que o objetivo da participação política é manter ou mudar a estrutura, os valores e as relações de poder ou o *status quo* do Estado ou de uma classe, por meio da atuação solidária e decisões sobre a vida coletiva. Em razão de teoricamente completo, flexível e dinâmico, o modelo destacado por Kawata (2015) é o Analítico da Consciência Política, de Salvador Sandoval (2001). Vivência e visão de mundo são processos contínuos dessa consciência. O modelo estrutura-se em dimensões que vão desde identidade coletiva (pertencimento), até metas de ações coletivas.

A autora constatou que o potencial de formação política dos voluntários, pelas vivências nos assentamentos precários, ainda não é adequadamente valorizado, em razão das dificuldades de conscientização crítica, e a ONG Teto caracteriza-se pela cultura caritativa e assistencialista. Para Kawata (2015), entre os obstáculos estão a falta de posicionamento político da ONG, a falta de orientação política aos voluntários, a ausência de questionamentos mais profundos sobre os problemas que buscam solucionar e também ao desencontro entre o discurso de erradicação da pobreza e as ações propostas.

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA COMUNIDADE DA VILA AUTÓDROMO (BARRA DA TIJUCA) COM A REALIZAÇÃO DA OLIMPÍADA RIO 2016

As pesquisas de campo da dissertação de Previatti (2016) consistiram em investigação teórico-documental de documentos normativos e jurídicos do processo de remoção da Vila Autódromo desde 1993 (Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ), de documentos fotográficos e de mapas; aplicação de questionários qualitativos e entrevistas com moradores e líderes comunitários.

Com base no argumento de que algumas políticas sociais equivocam-se ao reiterar que o espaço é sujeito, não produto social, uma das conclusões do estudo de Previatti (2016, p. 256) foi que “é evidente que a remoção da Vila Autódromo não se enquadra nas diretrizes propostas pela ONU, ou por qualquer outro órgão, plano ou ação alternativa que tenha sido construído ao longo de todos esses anos de luta pela permanência desses moradores em sua comunidade”. Apesar de as indenizações terem favorecido várias famílias, os laços comunitários foram desfeitos; as amizades cultivadas por anos e o convívio social entre vizinhos, amigos e, até mesmo, familiares, foram abalados.

Essas conclusões são decorrências das análises dialéticas dos conflitos entre a população e os grupos corporativos parceiros do poder público no processo de construção da estrutura do megaevento Olimpíada Rio 2016. A problemática questionou as remoções que afetaram a vida das pessoas, mudando sua história e quem se beneficiaria com a remoção da Vila Autódromo.

Uma das abordagens da fundamentação teórica é o estudo da produção do espaço no âmbito da economia política, de Lefebvre (2008), com base no materialismo dialético. A cidade é lugar em que se reproduz a vida humana, onde se realizam os cotidianos da criação das famílias e dos encontros sociais e afetivos. É nesse contexto de sociabilidade capitalista que se gera o conflito da permanência das pessoas, manifestado na luta entre a apropriação e o uso do espaço para a vida e a reprodução do espaço como valor material e como riqueza.

Esse conflito torna-se agudo e violento. Na lógica desse sistema capitalista, predominam os interesses hegemônicos de alguns proprietários. Na escolha dos fragmentos do espaço das cidades para desocupação com a intermediação do Estado, priorizam-se os investimentos lucrativos, conforme se verifica nas realizações dos grandes eventos, em que as alianças corporativas garantem a circulação do capital. Para Previatti (2016), a autonomia do Estado é relativizada, e aceita-se a ideia de que as megaconstruções são legítimas para realizar um megaevento. As cidades tornam-se o próprio negócio e não o lugar do

negócio, pois as obras de infraestrutura privilegiam algumas parcelas da terra, aumentando seu potencial de valorização mercantil.

Os Jogos Olímpicos são administrados como uma empresa, como megaeventos estratégicos de marketing, que geram lucros, por meio do poder de sua marca. Com a implantação de Planos Estratégicos e a realização dos Jogos Olímpicos, a cidade do Rio manteve seu processo histórico de expulsão dos “indesejáveis” dos fragmentos de expansão urbana para locais periféricos. Com as mudanças em prol do megaevento Olimpíada, e com a transformação da cidade do Rio de Janeiro em mercadoria no cenário global, ainda que em contexto participativos e democráticos, as condições da vida socioeconômica dos moradores da Vila Autódromo mostram que os Jogos Olímpicos geraram um “deslegado” social.

TEORIA CRÍTICA DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NO CONTEXTO DA REPRODUÇÃO URBANA DO ESPAÇO PELO ESTADO CAPITALISTA

Com o argumento de que as análises dos direitos sociais são juridicamente limitadas, Santana (2016) faz uma análise crítica da função social da propriedade. Para ele, na perspectiva histórica, a forma mercadoria e a luta de classes no Estado capitalista são os contextos da origem dos processos formais e materiais dessa função, e as fundamentações positivista e determinista impendem os avanços metodológicos nesse campo. Em razão disso, a proposta da dissertação é inovar com uma abordagem multidisciplinar da complexidade do tema.

As políticas e os direitos sociais no Estado capitalista contemporâneo são temáticas introdutórias da discussão, com base na Teoria da Derivação e na Teoria Relacional. Essas perspectivas são críticas às concepções do Estado como instrumento de poder (instrumental) e decorrente da vontade popular (contratualista liberal), cuja premissa é manter o sistema estatal capitalista.

Com ênfase na afirmação de que a forma política constitui o tecido das relações sociais, Santana (2016) analisa as relações do direito e da lei com as formas estruturais (jurídica, política e dos direitos sociais) do Estado capitalista. Por meio da aplicação analítica dessas perspectivas à realidade, verifica-se que a evolução da propriedade privada da terra no Brasil não pode ser entendida pela lei, mas pelas dinâmicas do processo histórico. A discussão sobre o conceito da funcionalização da propriedade mostra que seu sentido ideológico

manteve-se bem definido, apresentando variações na execução, mas nunca adquiriu conteúdo efetivamente social.

Santana (2017, p. 82) argumenta que “é na forma do estado capitalista que se encontram as justificativas da não efetivação do princípio, porque a função social da propriedade não é meramente um direito, mas uma estrutura complexa inserida na forma estatal capitalista”. A conclusão da análise, pela metodologia de pesquisa bibliográfica e documental de caráter analítico e qualitativo, foi a não aplicabilidade da função social da propriedade. Ainda que seja um princípio constitucional, em razão de sua vinculação às formas sociais capitalistas, a função social da propriedade dificilmente pode ser entendida como instrumento garantidor de direitos. Santana (2017, p. 82) conclama: “não devem existir espaços para retrocessos, mas a pressão constante, para que os direitos sociais estejam sempre nos limites do interesse do capital”.

TRANSFORMAÇÕES NO COTIDIANO E CONQUISTA DE CIDADANIA PELAS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Freire (2017) reitera as limitações e as privações das mulheres de baixa renda no acesso ao ensino e ao trabalho, situação que se agrava entre as mulheres negras. A hipótese é que a dificuldade de ingresso dessa mulher no mercado de trabalho formal, em razão da maternidade, do preconceito, da dupla jornada imposta pelas tarefas familiares, que implica a busca de trabalho informal e flexível (com autonomia, humanização e organização) constitui um novo movimento social. O objetivo do trabalho é entender as condições de vida das mulheres que trabalham com economia solidária e que assumem mudanças de atitudes em relação a empregos domésticos, a empregos assalariados, ou a pequenos negócios individuais.

A essência da economia solidária é a propriedade coletiva, em que todos os trabalhadores são sócios e responsáveis pela gestão da empresa, que se diferencia do padrão capitalista e se assemelha ao modelo cooperativista. Os princípios são a adesão livre, a democracia, a socialização de responsabilidade, de riscos e de benefícios e a cooperação em detrimento do lucro. Por meio da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), o governo federal apoia programas de treinamento e incubadoras de empresas.

As iniciativas de organizações de atividades em sistema de economia solidária são movimentos importantes que questionam o sistema capitalista e que, se organizadas em rede, potencializam a horizontalidade, em contraposição à

globalização hegemônica, pela lógica da agregação de experiências e do desenvolvimento local humano e socioeconômico.

Os procedimentos de pesquisa de campo foram entrevistas com mulheres integrantes de cooperativas e que trabalham na economia solidária. Entre as entrevistadas, estão: duas integrantes da Cooperativa de Costura Osasco, originada do Programa Osasco Solidária; uma das líderes do grupo da empresa MCG Eventos e Buffet, em Santo André (SP); e uma das líderes da comunidade caiçara da Enseada da Baleia, localizada da Ilha do Cardoso (Cananéia), no estado de São Paulo. Dados na internet sobre a Secretaria de Economia Solidária complementaram a investigação.

Os principais aspectos positivos identificados na atuação desses grupos foram: geração de renda; busca de escolaridade e formação; cidadania e envolvimento político; solidariedade e articulação em rede. Atividades tradicionalmente femininas; falta de estabilidade, de crédito e de capital; complexidade da legislação e afazeres familiares são fatores que dificultam a atividade. Entre as mudanças, verificam-se avanços na conquista de nova forma de sobrevivência, com mais autonomia, por meio de união para soluções de problemas comuns e da afirmação da cidadania na relação com a sociedade e com o estado.

A INSTITUIÇÃO MUSEU E A SUA FUNÇÃO SOCIAL EM DIÁLOGO COM O LAZER CULTURAL

A característica metodológica predominante da pesquisa de Rodrigues (2017) é a revisão bibliográfica, com aportes de análise de documentos oficiais e estatutos, como os disponibilizados pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), fotografias e vídeos promocionais. Rodrigues (2017) argumenta que, durante muitos anos, o potencial de atração dos museus adquiriu os estigmas de lugar de 'velharia', espaço elitizado e templo de monotonia. As mudanças da sociedade implicaram novas estratégias de gestão dos Museus, que motivaram as pessoas a frequentá-los como espaços de lazer cultural, contribuindo para a função social dessas instituições.

A análise da trajetória dos museus contextualiza-se nos paradigmas do conhecimento científico. Algumas das referências são os autores da filosofia da ciência, como Thomas Kuhn (2003), Karl Popper (2011), Paul Feyerabend (1977), Edgar Morin (2000), Boaventura de Sousa Santos (2006) e Rubem Alves (1981). Por um lado, o Museu passou por mudanças, de acordo com os no-

vos paradigmas. Por outro lado, como expoente cultural de uma determinada sociedade, o Museu contribuiu para a quebra de paradigmas.

O primeiro paradigma é o Greco Romano, cujas características são a divindade, o mítico e a retórica-discursivo (Século IV a. C.). Com base no mistério e no sobrenatural, o mito era a resposta para questionamentos da realidade. No segundo paradigma, o Judaico Cristão (Século IV- XIV), a religião sucedeu o mito, e consolidou-se a crença no Deus único. Com a doutrina de São Tomás de Aquino, a Igreja conquistou a hegemonia do saber e tornou-se guardiã das artes, pregando o despojamento e recebendo doações de bens. Com o enfraquecimento dos Museus, notabilizou-se o colecionismo de objetos de reis e de papas.

O terceiro paradigma, também conhecido como Científico Moderno, ou da Ciência Racional (Século XV- XX), define-se pelo questionamento crítico da ideologia divina. Das grandes navegações ao Renascimento, formaram-se as galerias palacianas e os gabinetes de curiosidades (com fósseis e plantas exóticas). O quarto paradigma, da Pós-Modernidade, é a fase de questionamento crítico da ciência, em que o conhecimento não é absoluto, mas transitório. Os Museus são patrimônios coletivos dos povos e, entre suas funções, está a de proporcionar lazer cultural à sociedade.

A função social dos Museus nasceu com a Museologia. A criação do Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM), em 1976, é um de seus marcos referenciais. Com o aprofundamento das discussões sobre o objeto de estudo, a Museologia se renovou e se converteu na Nova Museologia. A função social do Museu justifica-se pela necessidade de formação pessoal inspiradora e criativa em contexto urbano-industrial consumista e alienante. Nesse sentido, na condição de patrimônio cultural material e imaterial, o Museu deve proporcionar satisfação e bem estar à comunidade em que está inserido.

ANALOGIAS ENTRE OS ESTUDOS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Uma das finalidades do destaque a essas abordagens sucintas das cinco pesquisas é propor que se pense sobre as analogias entre as dissertações, além da implícita contextualização no campo do desenvolvimento socioeconômico, temática central deste capítulo. Se as temáticas, os objetos, os casos, os contextos, ou as situações de estudos são diferentes, pode-se questionar que aspectos análogos caracterizam essas dissertações, no próprio sentido de suas contribuições para a teoria do desenvolvimento socioeconômico.

Ainda que nem todas as fundamentações conceituais sobre o desenvolvimento socioeconômico contemplem diretamente os problemas das dissertações, os dramas e as aflições dos diversos grupos sociais representam a contradição de a humanidade ter conquistado conhecimentos e avanços tecnológicos que poderiam solucionar estas e outras situações de precarização da dignidade humana. Enquanto muitos têm acesso ao consumo supérfluo, ou podem exercer o consumismo, ainda que seu poder aquisitivo tenha sido conquistado de forma eticamente aceitável pelos padrões e regras institucionais da sociedade capitalista, muitos vivem à margem do acesso à moradia, às oportunidades de trabalho, de renda e ao lazer. Esses problemas sociais têm impactos significativos sobre o desenvolvimento socioeconômico e humano, em razão da evidente exclusão social das pessoas, condição que as submete a um círculo vicioso de limitação de sua segurança material e emocional, culminando na privação de seu bem estar e de sua qualidade de vida.

Com base na teoria institucional de North (1994), questiona-se a efetiva atuação do estado na justiça social e na implementação de políticas que promovam a igualdade e reduzam as disparidades. O que se verifica, no caso da comunidade da Vila Autódromo, seria a desvirtuação institucional do estado democrático de direito. Ainda que, no final do conflito, cujas consequências foram um “deslegado” social, aquela comunidade tenha encontrado condições razoáveis de preservação de seu direito de propriedade, é evidente que o poder público privilegiou os interesses mais poderosos do sistema capitalista. Foi, porém, pela ação organizada e livre dos próprios atores comunitários que se criou a força institucional competente e responsável, para reivindicação da segurança da posse da propriedade no espaço urbano da cidade que priorizou as obras do megaevento Olimpíada 2016.

Verifica-se que a análise de Santana (2016) aplica-se ao problema da dissertação de Previatti (2016), em razão da fragilidade do instituto da função social da propriedade no Brasil. Essa análise fundamenta-se na teoria da justiça de Rawls (2000), pois a propriedade é uma das condições essenciais do desenvolvimento socioeconômico.

Mobilização e participação cívica para proporcionar moradia a pessoas sem-teto são valores institucionais evidentes no estudo de Kawata (2015), em razão da atuação espontânea de jovens universitários, no movimento voluntário da ONG Teto. Mesmo que seu caráter seja meramente caritativo e desprovido de maior consciência política, o voluntariado proporciona retornos e benefícios inestimáveis ao desenvolvimento socioeconômico, em razão da cooperação, da socialização de competências, do compartilhamento de tempo e de recursos.

Constata-se que, se o estado não cumpre sua função de proporcionar estabilidade, são os próprios cidadãos que, no estado democrático de direito, se organizam e empreendem ações em benefício dos excluídos. Tanto o conceito de instituições assume dimensão ainda maior do que a profundidade que justifica sua origem quanto o conceito de voluntariado tem significado mais abrangente do que o ato da solidariedade.

No sistema da economia solidária, verifica-se a criação de oportunidades de trabalho e renda, com a superação de condições adversas, pela iniciativa e determinação de mulheres que sofrem limitações e exclusões impostas pela própria condição cultural de gênero, conforme esclarece a dissertação de Freire (2017). Essas limitações são atenuadas pelo apoio das entidades sociais públicas, confirmando a relevância da presença do estado no cumprimento de sua função institucional.

A importância do acesso à educação é inerente às situações das mulheres que poderiam conquistar avanços ainda maiores, ou tornar os grupos de economia solidária mais estáveis e produtivos, tanto no sentido mercadológico quanto no sentido humanístico, para mudanças de mentalidades. Também na perspectiva educacional, as escolas e as universidades são responsáveis pela aplicação virtuosa e multiplicadora dos conhecimentos, conforme mostra o estudo de Oliveira (2017), que contextualiza os museus nos paradigmas científicos, propondo o intercâmbio dinâmico entre lazer, cultura e educação. Inspirados no estudo de Oliveira (2017), a razão e o fundamento dos paradigmas científicos é o desenvolvimento socioeconômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos analisam privações ou limitações sociais, caracterizadas pelos contextos materiais ou reais que descrevem, como o caso da falta de habitação, objeto de análise de Kawata (2015), que é diretamente ligado à questão do direito de propriedade, também enfatizada na pesquisa de Previatti (2016) sobre a remoção da comunidade da Vila Autódromo. Na mesma perspectiva, Santana (2016) discute a eficácia do instituto jurídico da função social da propriedade e a responsabilidade do poder público no seu cumprimento. Freire (2017) analisa a economia solidária como oportunidade de trabalho e renda para as mulheres marginalizadas ou discriminadas pela condição de gênero ou de origem étnica. Oliveira (2017) dedica-se a elucidar as contribuições da instituição

museu para o lazer por meio da atividade cultural como dinâmica educativa para o bem estar social.

A precarização, a instabilidade ou a insegurança do meio de vida das pessoas são fatores de ameaça à sua própria sobrevivência. Não é possível considerar que uma sociedade seja desenvolvida enquanto grupos sociais são excluídos dos acessos à educação, às oportunidades de trabalho de renda, à propriedade e à habitação. Se o estado é ineficiente no cumprimento de suas funções e responsabilidades institucionais de elaboração e aplicação de políticas públicas adequadas e na disponibilização democrática de serviços básicos aos cidadãos, agravam-se as disparidades sociais.

Os estudos destacados neste capítulo representam desafios e avanços na solução de problemas que ainda afligem vários segmentos da sociedade brasileira. Por um lado, persistem as desigualdades e a exclusão social em muitos aspectos, por outro lado, as dissertações mostram exemplos importantes de conquistas de melhores condições de bem estar por grupos que se mobilizam para a conquista de melhores padrões de qualidade de vida. Essa mobilização, muitas vezes, é em protesto contra injustiças do poder público, cujos gestores são tendenciosos na priorização de interesses dos grupos dominantes. O objetivo da teoria do desenvolvimento é exatamente contribuir para soluções desses problemas, com a vantagem da liberdade de expressão pela estabilidade institucional do estado democrático de direito.

Para a ONU, desenvolvimento são condições humanamente dignas de sobrevivência. Teóricos contemporâneos argumentam que a humanidade teria superado a fase da sobrevivência, predominando a nova fase da busca da felicidade. Uma sociedade somente pode ser considerada em condições de buscar a felicidade se não houver pessoas sem-teto, comunidades ameaçadas de desapropriação, descumprimento dos princípios institucionais de garantia da propriedade e da segurança protetora, ao mesmo tempo em que seja proporcionado acesso igualitário às oportunidades de trabalho e às atividades de lazer cultural, em intercâmbio com as dinâmicas educacionais politicamente emancipadoras.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Ana Paula Vieira. *Mulheres na economia solidária: resistência cotidiana por uma nova cidadania*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política. São Paulo: EACH-USP, 2016.

HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KAWATA, Lúgia Chicareli. *Voluntariado e participação política: o caso da ONG Teto*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política. São Paulo: EACH-USP, 2015.

NORTH, Douglas Cecil. *Custos de transação, instituições e desempenho econômico*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.

OLIVEIRA, Ana Paula Rosa. *A instituição museu e a sua função social em diálogo com o lazer cultural*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política. São Paulo: EACH-USP, 2016.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil. Recuperado de < <http://www.br.undp.org/>>.

PREVIATTI, Carine Botelho. *Segregação socioespacial na realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016 na região da Barra da Tijuca - RJ: comunidade da Vila Autódromo*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política. São Paulo: EACH-USP, 2016.

PROGRESSO SOCIAL BRASIL. Recuperado de: <<http://www.progressosocial.org.br/sobre-nosotros/>>

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

THYMON, Brian Rocha Santana. *Função Social da Propriedade: espaço urbano e forma jurídica como estruturas da (não) efetivação do direito no Estado capitalista*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política. São Paulo: EACH-USP, 2016.